ESPECIAL 2010

PRÊMIO PAGU

Homenagem às mulheres que lutam pela equidade de gênero

RETROSPECTIVA

A história da Secretaria de Mulheres do PSB

ENTREVISTA

Ministra Nilcéa Freire

Mulheres Socialistas

Partido Socialista Brasileiro

10 anos de lutas, desafios e conquistas

ÍNDICE

EDITORIAL
AVANÇO DOS 10 ANOS
POR DORA PIRES
PÁG 3

RETROSPECTIVA
A HISTÓRIA DA SECRETARIA DE MULHERES DO PSB
PÁG 4

PRÊMIO
HISTÓRIA DE PAGÚ
PORQUE O PRÊMIO PAGÚ
PÁG 8

ARTIGO
100 ANOS DE LUTAS
POR DORA PIRES
PÁG 11

PERSONALIDADES
MULHERES QUE FIZERAM HISTÓRIA NO MUNDO E NO BRASIL
PÁGS 07, 14, 23

EDUARDO CAMPOS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NA GESTÃO DO PSB
PÁG 12

ARTIGO
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA AMERICA LATINA E CARIBE
PÁG 15

AVANÇOS LEGAIS
MARIA DA PENHA
PÁG 16
MINIRREFORMA
PÁG 19

ENTREVISTA
MINISTRA NILCÉA FREIRE
PÁG 20

ARTIGO
PODER: MUITOS ESPAÇOS, POUCAS MULHERES
POR MARI MACHADO
PÁG 24

ATUAÇÃO
MULHERES SOCIALISTAS NO CONGRESSO NACIONAL
PÁG 25

CONQUISTAS
MOVIMENTOS SOCIAIS
PÁG 26

PROPOSTAS
PLATAFORMA DAS SOCIALISTAS
PÁG 27

ESPAÇOS
SOCIALISTAS NO PODER
PÁG 30

POEMA
MULHER DA VIDA
PÁG 35

Mulheres Socialistas
Partido Socialista Brasileiro
10 anos de lutas, desafios e conquistas

Expediente

Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Fundação João Mangabeira (FJM)
Secretaria Nacional
de Mulheres do PSB (SNM)

E-mail
mulherespsb40@gmail.com
mulherespsb40@psbnacional.org.br

Coordenação de Comunicação Social
Assessoria de Imprensa do Partido Socialista Brasileiro

Conselho Editorial
Dora Pires
Mari Machado
Leyde Pedroso

Projeto Gráfico e Diagramação
Daniela Miranda

Fotos
Humberto Pradera, Keila Castro, divulgação e arquivo

Tiragem
2 mil exemplares

Agradecimentos especiais
Adélia Kalil
Bruna Rollemberg
Daniella Valença
Tereza Rozowykwiat
Yara Gouvêa
Evaldo Costa
O&M Comunciação
Link Comunicação e Propaganda
APARTE Comunicação

Endereços
SCLN 304 – Bloco A – Entrada 63
CEP: 70736-510 – Brasília-DF

O avanço dos 10 anos

Por Dora Pires - Secretária Nacional de Mulheres do PSB

Esta revista surge em meio às comemorações dos 10 anos da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e dos 100 anos de nossas lutas como forma de ampliar a discussão sobre as questões de gênero no País, por meio do envolvimento dos integrantes do PSB, de lideranças governamentais, de parlamentares, dos movimentos organizados e, sobretudo, das mulheres.

Entre os assuntos que abordaremos estão aqueles que se encontram na ordem do dia, tais como políticas públicas de gêneros nas gestões socialistas, a reforma eleitoral, a violência contra a mulher e a luta pela ocupação dos espaços de poder. São temas de extrema relevância para nós que buscamos superar os entraves que colocam as mulheres sempre em segundo plano quando está em jogo a ocupação de cargos públicos, sejam eles eletivos ou não.

Embora tenha consciência de que estamos longe de atingir a igualdade de gênero em todos os aspectos em que ela se apresenta, especialmente no que se refere à presença feminina nas estruturas de poder do nosso país, entendo que acabamos de dar um passo adiante com a recente aprovação da minirreforma eleitoral. A partir de agora, de acordo com a nova legislação, torna-se obrigatório o preenchimento da cota de 30% destinada às mulheres nas chapas

Conquistamos, avançamos, comemoramos, mas muito ainda há por fazer.

proporcionais. Da mesma forma, parte do dinheiro do Fundo Partidário deverá obrigatoriamente ser usado em programas destinados a promover a participação política das mulheres. Por fim, fica imposta a obrigatoriedade de reservar às candidatas, 10% do tempo dos programas de propaganda eleitoral gratuita produzidos pelos partidos ou coligações a que pertencem. Tudo isso representa uma grande vitória, fruto da pressão das organizações feministas, do Fórum Nacional de Instância de Mulheres de Partidos Políticos, das organizações governamentais de mulheres nos estados e da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres sobre as bancadas do Congresso Nacional. Este é um exemplo claro de que, se quisermos obter novas conquistas, teremos que lutar, estimulando o debate para a identificação dos caminhos que poderão nos levar à participação política mais efetiva.

Entendo que a militância partidária é instrumento que favorece a criação de um ambiente capaz de estimular as mulheres a assumirem uma postura mais incisiva na disputa eleitoral, consolidando a representatividade feminina na nossa democracia. Assim sendo, o PSB se coloca como importante canal para viabilizar a efetiva participação das mulheres na política. Precisamos deixar de lado o papel de coadjuvantes nos processos eleitorais para sermos sujeitos. Entendo que não podemos continuar sendo aquelas que carregam o piano e que devemos passar a ser aquelas que tocam o piano.

Depois de 10 anos de inserção no PSB, já temos espaço consolidado, decorrente da nossa luta pela implantação de uma política que defenda a igualdade de gênero e pela grande contribuição que prestamos para a ascensão de nossos companheiros aos postos que hoje ocupam. Não se trata aqui de inverter o processo, minimizando o papel dos homens no processo eleitoral. A nossa luta é pela igualdade e não pela discriminação. Acredito que estamos preparadas para batalhar, junto com nossos companheiros, em pé de igualdade, pelo aprofundamento da democracia no Brasil e por melhores condições de vida para o nosso povo.

10 anos de lutas

A história diz tudo...

"O movimento de mulheres do Brasil vive um momento de crescimento, juntamente com as lutas gerais, contra o ajuste fiscal assegurado ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Leva o país a romper com sua federação, agravando as desigualdades sociais, fomentando o desemprego, exacerbando a violência, provocando a recessão, comprometendo o patrimônio nacional, reduzindo as garantias dos trabalhadores, reforçando em sumo o atual modelo econômico... A realidade do país exige, então, de todos nós, uma participação ainda mais efetiva nos movimentos populares e a presença organizada das mulheres constitui uma necessidade premente". Foi nesse cenário político, em novembro de 1999, que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) criou, durante a realização do seu 7º Congresso Nacional, a Secretaria Nacional de Mulheres Socialistas (SNM).

Mari Machado (RS) foi eleita a primeira secretária Nacional de Mulheres e sua executiva foi composta por Dora Pires(PE), Leyde Pedroso (MS), Lila Rollemberg (DF), Neide Lima (ES), Amélia Freire (RN) e Lúcia Carvalho (CE). Na época, Mari enfatizou que a criação da secretaria "devia se revestir de grande importância para o PSB, pois não só vem refletir a preocupação e a vontade das companheiras de diversos estados, como também atende ao requisito fundamental da legitimidade das suas instâncias partidárias". Ao defender a tese das mulheres no 7º Congresso, Mari Machado disse ainda que "se, por um lado, temos nós nosso quadro de prefeitos, deputados, vereadores, lideranças sindicais e dirigentes de partido, ainda não traduz a parcela do universo de suas potencialidades, sendo o PSB um partido que tem importante tarefa a desempenhar no nosso compromisso no sentido de defender a efetiva ampliação da presença das mulheres no espaço político".

Entre as atribuições da SNM, definidas em 1999, estão a de incentivar e apoiar a participação das mulheres no partido e na sociedade, promover atividades que propiciem o debate sobre questões específicas de gênero, interno e externamente, além de promover o pensamento do socialismo democrático no âmbito do movimento de mulheres. Já entre as atribuições da Secretária Nacional de Mulheres, que tem mandato de dois anos, estão as de levar suas reivindicações e lutas à Executiva Nacional do Partido, tendo nesse espaço direito a voz e voto. Além disso, foi criado em 1999, o Conselho Político da Secretaria – formado pelas secretarias estaduais e com o objetivo de organizar as proposições e deliberações de políticas para a secretaria nacional; e órgãos de apoio à secretaria – Secretaria Geral, Primeira Secretaria, Primeira Secretaria de Finanças, Mobilização e eventos, Comunicação, Movimentos Sociais e Formação Política.

> **"O primeiro congresso, ocorrido em 1999, foi marcado por uma grande presença das socialistas, confirmando o interesse em ocupar espaços e ajudar na construção do PSB."**

Mari Machado assumiu a pasta durante três mandatos, entre 1999 a 2005. "A construção da secretaria de mulheres do PSB foi e ainda é um esforço coletivo. O trabalho iniciou em Mato Grosso Sul com a criação da primeira Secretaria Estadual de Mulheres, e depois no Rio Grande do Sul, já com assento na executiva do PSB/RS. A partir daí, buscamos identificar companheiras com interesse no debate sobre a importância da participação da mulher na política. O primeiro congresso, ocorrido em 1999, foi marcado pela grande presença das socialistas, confirmando o interesse em ocupar espaços e ajudar na construção do PSB. Hoje, é motivo de orgulho ver nossos governos em todas as esferas comprometidos com a implantação de políticas públicas que beneficiam as brasileiras. Para mim, é e sempre será uma honra ter sido a primeira Secretária Nacional de Mulheres do PSB. Mobilizar as mulheres, visitar os estados, traçar metas e construir atividades de formação foi um trabalho prazeroso e com grandes resultados que realizei durante seis anos", declarou Mari Machado. Atualmente, Mari é assessora especial do Partido Socialista Brasileiro.

Nos últimos anos a Secretaria Nacional de Mulheres passou por vários desafios. Entre 1999 a 2001, foi realizado o trabalho de organização das Secretarias Estaduais e Municipais, buscando dar capilaridade à participação das mulheres no Partido e a consolidação do reconhecimento enquanto segmento junto às direções do PSB em todas as esferas. Vale lembrar, que no ano de 2000, a SNM foi a única secretaria de mulheres partidárias a participar da organização da Primeira Conferência Nacional de Mulheres do País.

Entre 2001 a 2003 foi realizada a interlocução com os movimentos de mulheres e organizações feministas da sociedade. Começaram, então, os eventos de formação política, em parceria com a Fundação João Mangabeira (FJM), para as secretarias estaduais e dirigentes do movimento de mulheres, buscando incentivar candidaturas femininas no PSB. "Passamos por duas eleições municipais (2000 e 2004) e uma eleição presidencial (2002), onde aumentamos o número de mulheres candidatas e mulheres eleitas. A partir desse período, podemos dizer que conquistamos o respeito dos dirigentes e das dirigentes do PSB em todos os níveis e consolidamos nossa presença efetiva no partido", afirmou Mari Machado.

De 2003 a 2005, as mulheres socialistas passaram a ter atuação no âmbito federal. A secretária Mari Machado ocupou a chefia de gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sob a direção do então ministro e atual governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Juntamente com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres foi possível, então, implementar um pacote de iniciativas de políticas de gênero. Foi realizado um seminário nacional dirigido a todos os núcleos de pesquisa de gênero das universidades do país, em março de 2006, com recursos da Finep e do MCT; foi aberto edital de R$ 1 milhão para pesquisa na área de gênero; e, foi realizado concurso de monografia cuja abrangência atingiu o nível médio e superior, com premiação em bolsas do CNPq.

Segundo a avaliação da atual secretária de mulheres do PSB, Dora Pires, ao longo desses dez anos, a mulher socialista vem aumentando e consolidando seu espaço nas esferas internas de poder do Partido. "Hoje, somos muito mais em todas as instâncias, temos Secretaria Nacional de Mulheres, secretarias estaduais institucionalizadas em 12 estados, Comissão provisória em oito estados e Núcleo de Mulheres nos outros sete estados. Portanto, grupos de discussão de política de gênero e de políticas públicas de gênero no Brasil inteiro", afirmou a secretária, lembrando ainda que a SNM está organizando junto à FJM a criação de um grupo de discussão de políticas de gênero.

Dora Pires está sob o comando da SNM desde 2005 e tem como Executiva as companheiras: Neide Lima (ES), Elisabete Barbosa (RS), Iara Belo (AM), Mari Machado (RS), Sandra Gomes (AL), Geana Mesquita (MS), Sonia Cavalcanti (SP), Ely Almeida (AP), Laura Gomes (PE) e Luciana Cruz (BA). Ela explicou que, atualmente, o PSB tem governos que são evidenciados em vários estados e cidades do País com suas avançadas políticas públicas de gênero. Como por exemplo, os governos de Pernambuco, que vem recebendo prêmios locais e nacionais e internacionais; do Rio Grande do Norte e de cidades como Salgueiro (PE).

"O número de prefeitas, deputadas federais, estaduais e vereadoras do PSB também vêm crescendo a cada eleição e o partido vem avançando nas discussões específicas de gênero demonstrando a sensibilização dos companheiros homens que estão nas esferas de poder. Em dez anos avançamos bastante, saímos do zero para uma posição significativa. Entretanto, reconhecemos que falta muito ainda para atingirmos o ideal", disse Dora Pires. Ao longo deste período, a SNM participou ativamente da criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos organizado pela Secretaria Especial da Mulher do Governo Lula. "Hoje estamos na fase da criação dos fóruns estaduais", explicou a secretaria socialista.

Ainda de acordo com Dora Pires, consolidar as secretarias estaduais, estimular as comissões provisórias e os núcleos de mulheres; dar visibilidade ao trabalho da SNM; fazer discussão interna das grandes questões de gênero que são de interesse das mulheres; trabalhar a sensibilização dos governantes e dos representantes legislativos em todos os níveis no sentido de implementar políticas de gêneros nas suas gestões são as prioridades da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB.

Neste sentido, a Plataforma de Políticas de Gênero da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB foi aprovada, por unanimidade, no último Congresso Nacional das Mulheres (2008) e referendada pelo Diretório Nacional do Partido. "Esta plataforma é um orientador para estruturação das políticas públicas nas gestões do PSB", explicou Dora Pires, que atualmente participa do Fórum Nacional de Instância de Mulheres de Partidos Políticos - integrado por representantes nacionais de mulheres de quase todos os partidos políticos. "Este Fórum é de grande importância e teve assento no comitê tripartite da Reforma eleitoral, uma das forças para obtermos o grande avanço na nova lei eleitoral", afirmou.

"Foi de grande significado ter parte de minha militância política voltada para as questões de gênero, Cresci muito como pessoa e, principalmente, como ser político. Ter sido a primeira Secretária de Mulheres do PSB-PE e permanecido por três mandatos, ter participado de todas as Executivas da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB e, hoje, ser sua Secretária Nacional é algo que muito me engrandece e orgulha", enfatizou.

Em comemoração aos dez anos da Secretaria das Mulheres do PSB, a FJM realiza o Seminário Internacional das Mulheres, com a participação de representantes femininas do Equador, Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai e China. O objetivo do encontro é a troca de experiências, formação política e o estímulo às candidaturas de mulheres socialistas. "Eu espero que esse encontro trave de forma coesa e profunda o fortalecimento da luta das mulheres com os partidos socialistas da América do Sul e da China", concluiu Dora Pires.

As pioneiras

A primeira Executiva Nacional de Mulheres

.....Mari Machado.....

"Para mim é e sempre será uma honra ter sido a primeira Secretária Nacional de Mulheres do PSB. Mobilizar as mulheres, visitar os estados, traçar metas e construir atividades de formação foi um trabalho prazeroso e com grandes resultados que realizei durante 6 anos. A construção da Secretaria de Mulheres do PSB foi e ainda é um esforço coletivo, Hoje, é motivo de orgulho ver nossos governos em todas as esferas comprometidos com a implantação de políticas públicas que beneficiam as brasileiras".

Primeira Secretária Nacional de Mulheres do PSB (1999-2005)

.....Lila Rollemberg.....

"Tenho orgulho de ter participado da criação da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB. Acreditava que essa ação afirmativa ajudaria a fazer com que todo o partido percebesse as necessidades de políticas públicas específicas para as mulheres. Além disso, a SNM é um instrumento poderoso na educação política das militantes do PSB".

.....Amélia Freire.....

"O ano era 1999, as mulheres socialistas do Brasil resolvem se organizar e interagir com o Partido. Tínhamos que incorporar demandas socialistas no olhar das mulheres e fazer do exercício da militância espaços políticos de poder. Fomos à luta e nos instalamos com garra, força e determinação. Vivam as mulheres socialistas! Viva os dez anos da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB!"

.....Lúcia Carvalho.....

"A Secretaria de Mulheres do PSB foi fruto do trabalho de várias companheiras e do apoio do Partido como um todo. Cresceu e se fortaleceu através da sensibilidade de cada uma das companherias e dos companheiros socialistas que entenderam a importância das questões de gênero e que estas devem ser discutidas dentro e fora do PSB".

.....Dora Pires.....

"Participar da 1ª Secretaria Nacional de Mulheres do PSB foi o melhor momento de minha militância política. Desse lugar vi, enxerguei e compreendi a dureza de ser mulher. Desse lugar me lancei na luta feminista sem nunca mais querer sair. Ser feminista é hoje, meu estado de espírito e minha melhor forma ser socialista. Estar Secretária Nacional de Mulheres no PSB é algo que me emociona".

Atual Secretária Nacional de Mulheres do PSB

.....Leyde Pedroso.....

"Enquanto militante, desde 1990, conquistar a Executiva Nacional de Mulheres no PSB significou ver o partido: reconhecer a importância da luta pela valorização das mulheres na política e avançar na busca pela equidade de gênero. Foram momentos de intenso debate, emoção e alegria de ser socialista".

.....Neide Lima.....

"A criação da SNM foi um marco histórico, a realização de um sonho, a vitória de uma luta antiga das mulheres do nosso partido. Lembro daquele dia, em novembro de 1999, a emoção, a alegria da eleição de nossa primeira Secretária Nacional, Mari Machado, a quem dedico meu aprendizado e crescimento neste grande encontro comigo mesma e com mulheres de todo o Brasil. Nestes 10 anos, realizamos uma bela construção da cidadania, do socialismo e do feminismo".

Estas Mulheres mudaram a história do mundo e do Brasil

Joana d'Arc, heroína

A combatente francesa (1412-1431) assumiu o comando do exército real em várias batalhas durante o reinado de Carlos VII. O papa Bento XV nomeou-a santa em 1920. Morreu na fogueira por heresia.

Simone de Beauvoir, Escritora e feminista

Fez parte de um grupo de filósofos-escritores associados ao existencialismo - movimento que teria enorme influência na cultura européia de meados do século passado, com repercussões no mundo inteiro. Em 1949 publicou "O Segundo Sexo, pioneiro manifesto do feminismo", no qual propõe novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens.

Ana Bolena, rainha consorte

A segunda esposa (1501-1536) do monarca inglês Enrique VIII morreu decapitada na Torre de Londres após seu marido a acusar de adultério. Seu próprio pai, Thomas Boleyn, condenou-a.

Maria Quitéria, militar

Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) foi uma militar brasileira, heroína da Guerra da Independência. Considerada a Joana D'Arc brasileira; É a patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Vestiu-se de homem para alistar-se no exército. Morreu aos 61 anos no anonimato.

Anita Garibaldi, revolucionária

Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849), foi a companheira do revolucionário Giuseppe Garibaldi, sendo conhecida como a "Heroína dos Dois Mundos". Ela é considerada, até hoje, uma das mulheres mais fortes e corajosas da sua época.

Maria Curie, cientista

Maria Sklodowska (1867-1934) tomou o sobrenome de seu marido, Pierre Curie. Por sua nação de origem, Polônia, deu nome a um elemento químico. Pioneira no estudo da radioatividade, obteve dois prêmios Nobel.

Mata Hari, espiã

Margaretha Geertruida Zelle (1876-1917) serviu-se de sua capacidade de sedução para trabalhar como espiã dos franceses para o Governo alemão. Um tribunal francês ordenou que fosse fuzilada por alta traição.

Virginia Woolf, escritora

Pela moradia londrina de Bloomsbury desta novelista (1882-1941) passaram autores como J. M. Keynes e E. M. Foster. Suicidou-se devido a uma incipiente loucura.

Cora Coralina, poetisa

Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889—1985) era uma mulher simples, doceira de profissão, tendo vivido longe dos grandes centros urbanos, alheia a modismos literários. Produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás.

Carmen Miranda, cantora e atriz

Maria do Carmo Miranda da Cunha(1909-1955) foi uma cantora e atriz luso-brasileira e precursora do tropicalismo. Foi a maior celebridade em sua época. Encontraram-na morta no quarto de sua casa em Beverly Hills, após colapso cardíaco fulminante por causa da sua dependência de barbitúricos.

Teresa de Calcutá, missionária

Gonxha Agnes (1910-1997) fundou a congregação Missionárias da Caridade para ajudar aos pobres. Dois anos após sua morte, João Paulo II abriu a causa de sua canonização. Recebeu o Nobel da Paz em 1979.

Indira Gandhi, política

Filha de Jawaharlal Nehru, o primeiro premiê da Índia, foi Primeira-Ministra de seu país por duas ocasiões até seu assassinato em outubro de 1934. Estrategista e pensadora política brilhante.

Prêmio Pagu homenageia pessoas que apoiaram e lutaram pelas mulheres

A Secretaria Nacional de Mulheres do PSB (SNM), em comemoração aos seus 10 anos, criou o Prêmio Pagu. Trata-se de uma homenagem permanente - que será entregue a cada cinco anos - às pessoas que contribuíram com o fortalecimento partidário e que lutam por um mundo melhor para todas as brasileiras.

Dividido em três categorias, o Prêmio Pagu tem o propósito de reconhecer a militância, coragem e dedicação de mulheres e homens que colaboraram com a valorização das mulheres na política. São elas:

Desempenho e Organização Partidária

São premiadas nessa categoria, mulheres que se notabilizam pelo esforço e pelo seu desempenho partidário.

Apoio e Solidariedade

Nesta categoria recebem o prêmio pessoas que de alguma forma contribuíram com o fortalecimento da SNM com o empoderamento político das militantes socialistas.

Políticas Públicas

São homenageados os governos e parlamentares socialistas que implementaram políticas publicas ou que apresentaram projetos de leis visando promover a igualdade entre mulheres e homens.

Quem foi Pagu?

* Pagu revolucionária *

Pagu, que empresta o nome ao prêmio instituído pela Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro, foi uma mulher revolucionária, que ousou ser candidata pelo PSB, em 1950.
Escritora, jornalista, poetisa, revolucionária socialista, musa inspiradora do modernismo, romancista, política militante, Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu, foi incentivadora da cultura universal, mulher precursora.

Nasceu em 9 de julho de 1910, em São João da Boa Vista (SP), filha de Adélia e Thiers Galvão da França. Cursou a Escola Normal e, aos 15 anos já ensaiava seus primeiros passos como jornalista, colaborando, sob o pseudônimo de Patsy, com o jornal de seu bairro, o Brás Jornal.
Pagu sempre colocou sua vida a serviço dos ideais de igualdade e justiça. Em 1928, participou ativamente do movimento modernista e antropofágico, na ala dissidente, esquerdista, de Oswald de Andrade e Raul Bopp.

No Álbum de Pagu, de 1929, Patrícia dedica sua obra, repleta de poemas e ilustrações à Tarsila do Amaral. Neste mesmo ano, em uma exposição de Tarsila, no Rio de Janeiro, apresenta os seus Sessenta Poemas Censurados (ela mesma assim os denominou).

A partir de 1930, passa a viver com Oswald de Andrade, com quem teve um filho, Rudá Andrade. Assume nesta época, de vez a condição de ativista política. No ano seguinte, engaja-se na luta revolucionária e filia-se ao extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No jornal O Homem do Povo, Pagu assina a coluna feminista A Mulher do Povo, através da qual critica duramente o comportamento das elites dirigentes e cobra um comportamento menos submisso por parte das mulheres.

Segundo historiadores, em um incidente ocorrido em 1931, no porto de Santos, durante um choque entre trabalhadores e a polícia, ela recolheu o corpo agonizante de um estivador negro, Herculano de Souza, enfrentando a cavalaria.

Ainda em 1931 foi presa pela polícia por participar de um comício do partido, em protesto contra a execução, nos Estados Unidos, dos anarquistas Sacco e Vanzetti acusados injustamente de homicídio. Pagu tornou-se assim, uma das primeiras mulheres brasileiras a ser presa por motivos políticos.

Em 1933 publica Parque Industrial, o primeiro romance proletário brasileiro, em que mostra a necessidade de levar às mulheres dos operários uma consciência de classe. Depois da publicação do romance, Patrícia faz uma viagem de volta ao mundo, trabalhando, estudando, participando de movimentos libertários. Enviava

continua

reportagens para jornais. Visitou vários países. No Japão assistiu à coroação do imperador, Pu-Yi, e na China entrevistou Sigmund Freud.

A ela cabe o crédito pelo envio das primeiras sementes de soja do Japão para o Brasil.

Foi presa por participar de manifestações políticas. Repatriada ficou na cadeia de 1935 a 1940, sofrendo torturas e perseguições.

Sua postura anárquica choca-se de frente com a rígida disciplina partidária do PCB, já sob orientação stalinista. Quando retornou à liberdade em 1940, desvinculou-se do PCB, passando a criticar o partido, especialmente com relação à política cultural.

Durante o ano de 1945, colabora com o jornal Vanguarda Socialista, paralelamente lança o romance A Famosa Revista, em parceria com seu companheiro Geraldo Ferraz, com quem teve o filho, Geraldo Galvão Ferraz. De 1946 a 48, passa a escrever no suplemento literário de O Diário de São Paulo. Ao mesmo tempo lança o histórico Manifesto Verdade e Liberdade.

Sua inquietação política traduz-se nas eleições de 1950, quando concorre a uma vaga de deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Patrícia socialista não consegue se eleger, mas deixa para o PSB e para o mundo, seu legado. A história de uma mulher corajosa, ou, como escreve a autora Lucia Maria Teixeira Furlani, a história de "um anjo, inconformista, inconformado com as mazelas sociais. Um anjo rebelde, revolucionário e visionário, a ponto de enxergar com rara clareza, no auge da escuridão, a luminosidade da esperança. Um anjo sonhador, que nos faz sonhar com um utópico mundo sem fronteiras, sem preconceitos e injustiças...".

Pagu foi uma mulher corajosa, além do seu tempo. Por sua trajetória de lutas e resistência, cede seu nome para homenagear tantas militantes socialistas, anônimas, que dedicaram suas vidas na construção de um projeto político socialista.

*Por Leyde Pedroso
Jornalista, filiada ao PSB desde 1990.

08 de março
DIA INTERNACIONAL DA MULHER

100 anos de luta

Por Dora Pires - Secretária Nacional de Mulheres do PSB

Batalhas, violências, vidas, mortes alegrias, tristeza, idas, vindas, retrocessos, avanços – mulheres, mulheres, mulheres e muita luta pra lutar...

É enorme a satisfação de estar comemorando neste espaço de representação das mulheres socialistas, a Secretaria Nacional de Mulheres do nosso PSB, o Centenário do 8 de março.

Esse dia veio consolidar, dar visibilidade e estimular a luta política das mulheres por seus direitos, por meio das formas mais eficazes de mobilização até os nossos dias, como por exemplo, A QUEIMA DO SUTIÃ em praça pública, em 1968, que marcou uma época, emprestando nova direção à causa, que mesmo satanizadas pelo poder masculino dominante arcaico e escravizante, deu estímulo às mulheres para também se incorporarem nas diversas lutas em busca dos direitos humanos. Essa data nos leva à reflexão sobre nosso avanço na sociedade mundial, mas em particular, em nosso país.

Por isso, temos todos os motivos para homenagear a socialista alemã Clara Zetkin, responsável por esse centenário. Em 1889 ela participou da Fundação da II Internacional Socialista com proposta inovadora sobre a relação de trabalho entre as mulheres. Já em 1892, Clara fundou o Jornal da Mulher Operária. Em 1907, protagonizou a organização do I Congresso de Mulheres Socialistas, apresentando proposta ousada, juntamente com Rosa de Luxemburgo e Alexandra Kollontai, – que os vários partidos socialistas se comprometessem na luta pelo sufrágio feminino.

Entretanto, existe um fato que a imortalizou, a celebrizou internacionalmente. Foi sem dúvida em 1910, na II Conferência de Mulheres Socialistas quando propôs a criação do Dia Internacional da Mulher.

Ousada, incansável e, a cada dia, mais batalhadora, organizou em 1915, na Suíça, um congresso internacional de mulheres em oposição à 1ª Guerra Mundial. Esta iniciativa levou a sua expulsão do Partido Socialista e a sua prisão. Clara filiou-se ao Partido Comunista Alemão em 1919, tendo o representado no Parlamento de 1920 a 1933. Faleceu nesse mesmo ano, depois de exilada na União Soviética.

Este é o momento de maior comemoração durante esses 100 anos, pois evoluímos na questão da igualdade entre os homens e as mulheres, num processo de visível consolidação; na franca atrofia da subordinação e inferiorização da mulher, tradicional e costumeiramente esquecidas e secundarizadas na história; as políticas públicas de gênero no Brasil estão em processo de afirmação, de Norte a Sul, em todos os níveis das gestões públicas – federal, estaduais e municipais – e sendo transversalizadas nas administrações de partidos das mais diversas colorações, entre outros avanços.

Enquanto existirem aquelas e aqueles que acreditem e busquem a garantia da igualdade entre homens e mulheres, certos de que a felicidade só será plena com direitos iguais e que a mulher é o sujeito da boa influência da sociedade, poderemos manter a certeza de que o mundo melhor é possível, que há solução. Nos faz acreditar na política e, sobretudo, ter certeza que estamos no caminho certo, o caminho do bem.

À Clara, que foi, indiscutivelmente, uma grande socialista e ativista pelo direito das mulheres. A ela e a todas que se irmanaram neste sentimento, se dedicaram em agregar e sensibilizar a sociedade para lutar por um mundo melhor, nosso reconhecimento, respeito e agradecimento.

VIVA CLARA ZETKIN!

Presidente Eduardo Campos

Dez anos da secretaria de mulheres do PSB

Por um longo tempo, grande parte da humanidade pensou que seria viável construir a democracia política e o desenvolvimento econômico tendo as mulheres como parceiras, apenas na vida doméstica. As lutas feministas, em todo o mundo, colocaram questões que contradisseram essas expectativas. As mulheres conseguiram, então, o direito a votar e serem votadas, o direito à educação formal, ao divórcio, e, em quase todos os países, à igualdade perante a lei. Na prática, entretanto, permanecem a discriminação no mercado de trabalho e na vida social, a escravidão doméstica, a remuneração inferior à do homem – embora exercendo a mesma função, a subrepresentação política e a dupla – e até tripla – jornada de trabalho. E permanece, também, a luta das mulheres para mudar tudo isso.

Há dez anos, nós socialistas, homens e mulheres, acreditávamos que essas injustiças de gênero – além das de classe, raça, orientação sexual, geracionais e regionais – seriam resolvidas mediante processos de tranformações econômicas. Assim, dedicamos a esse caminho sabedoria e criatividade, incluindo, em 1947, no nosso programa de fundação, o seguinte parágrafo: *"A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo".* Essa orientação de João Mangabeira foi retomada no início de 1985, com a refundação do **Partido Socialista Brasileiro** e, até hoje, é de grande valia para a nossa ação política.

Contudo, ao longo desses 63 anos, o PSB, como parte integrante da sociedade brasileira, acompanhou mudanças importantes nas relações entre mulheres e homens, as quais sugeriram complementações àquele pensamento original e nos muniram de segurança para afirmar que o socialismo não é algo dado ou acabado, seja na prática, seja na teoria. Pois, se assim o fosse, dele estaria sendo subtraída a possibilidade de participar do processo de inclusão das mulheres brasileiras no espaço **público** de acordo com as suas demandas, quais sejam: de sujeitos portadores de direitos, talentos e deveres. E aqui quero voltar no tempo e expressar a minha concordância com o socialista utópico Charles Fourier, que anunciava no século XIX que *"a evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e o da liberdade, pois o grau de emancipação feminina determina naturalmente a emancipação geral"*.

Dito isso, gostaria de começar as minhas homenagens aos dez anos da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, chamando à memória a poeta, escritora e política Adalgisa Nery. Quero lembrar-lhes que ela aderiu ao nosso Partido no começo da década de 1950 e foi a nossa primeira deputada estadual. E sendo reconhecida, no Brasil, na França e no México, como uma intelectual, Adalgisa construiu esse lugar no saber como autodidata, pois frequentou a escola formal somente até os doze anos de idade.

Tenho trabalhado neste sentido como governador de Pernambuco, criando, em 2007, a Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco e garantindo, de maneira consequente, suas condições de funcionamento, bem como reconhecendo o compromisso do pensamento feminista contemporâneo com a promoção da igualdade de gênero, envidando *esforços na transformação completa da técnica social e dos costumes machistas para ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população feminina e reduzir a violência doméstica e sexista, inclusive* emprestando a minha palavra e a minha imagem à campanha *Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres*. Comecei esse caminho como deputado federal e o ampliei como ministro de Ciência e Tecnologia, quando, no primeiro mandato do Presidente Lula, passei a contribuir com a proposta de criação do Prêmio Nacional de Estudos de Gênero, apresentada pela ministra de Políticas para as Mulheres.

Nenhum partido democrático realizou em nenhum dos estados brasileiros mais do que nós socialistas fizemos, nesses três anos de governo em Pernambuco, no campo da promoção da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Mas, também, ninguém pode se reservar a condição de ignorar que a democracia e a justiça fundam-se na igualdade. O PSB, como proposta política de dever organizacional da sociedade e como proposta econômica de contribuir para fazer do Brasil um país competitivo, não pode prescindir da força de trabalho e da criatividade de 52% da sua população.

"Ninguém pode se reservar a condição de ignorar que a democracia e a justiça fundam-se na igualdade"

Temos motivo de estarmos orgulhosos daquilo que temos feito, porém devo dizer-lhes, neste momento de comemoração que, quanto mais buscamos colocar em prática as novas leis – a Lei Maria da Penha, por exemplo –, melhor vemos que ainda estamos na fase da preparação do terreno e lubrificação da máquina para execução de políticas públicas para as pessoas que delas necessitam. Quero dizer, também, que a promoção da igualdade entre homens e mulheres implica em desenvolvermos um processo de enraizamento que vai para além de construir uma consciência da dimensão sociopolítica do fenômeno para enveredar no campo psicológico. Isto significa que esse processo atinge nossos condicionamentos individuais, coletivos, políticos, sociais e emocionais.

O meu segundo ato de homenagem às companheiras, por esta década de trabalho dedicado à igualdade de gênero, é reafirmar, como presidente Nacional do PSB, o meu compromisso com a questão e dizer que é chegada a hora do nosso Partido anunciar ao Brasil os rumos de nossa política de gênero. É chegado o tempo de trabalharmos no enfrentamento das amarras patriarcais das nossas estruturas. É chegado o tempo de compreendermos que, como força política nacional, temos um lugar a ocupar, hoje e no futuro, junto àqueles e àquelas que lutam pela igualdade entre os sexos. Não posso, nem quero ser presidente de um partido apenas de homens. Temos o dever de escutar as mulheres do nosso Partido, de escutar os 52% da população ao qual elas estão ligadas por laços de identidade de gênero oprimido em nossa sociedade. Temos o dever de buscar a ampliação de sua participação e de dar respostas a suas demandas de acordo com o conteúdo e formato de suas propostas.

O governador entrega o Plano de Políticas Públicas para trabalhadoras rurais, em Pernambuco, no dia 8 de março de 2010 - Dia Internacional da Mulher.

VIVA A DEMOCRACIA!

VIVA A SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS!

Estas Mulheres mudaram a história do mundo e do Brasil

Golda Meyer, política:

Uma das fundadoras do Estado de Israel. Emigrou para a Palestina no ano de 1921, onde militou no sindicato Histadrut e no Partido Trabalhista Mapai. Além de primeira embaixadora israelense na extinta URSS em 1948, foi ministra do Bem-Estar Social, ministra do Exterior, secretária-geral do Mapai e foi a quarta primeira-ministra de Israel, entre 1969 e 1974.

Irmã Dulce, religiosa:

Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes (1914-1992), melhor conhecida como o Anjo bom da Bahia, foi uma religiosa católica brasileira que notabilizou-se por suas obras de caridade e de assistência aos pobres e aos necessitados.

Evita Peron, política:

Marcada por uma infância no campo e filha não reconhecida, Eva (1919-1952) trabalhou como atriz, modelo e locutora e se casou com o presidente argentino Juan Domingo Perón. Lutou pelos direitos dos trabalhadores e da mulher.

Leila Diniz, atriz:

Leila Roque Diniz (1945—1972), conhecida como a "Mulher de Ipanema", defensora do amor livre, é sempre lembrada como símbolo da revolução feminina que rompeu conceitos e tabus por meio de suas idéias e atitudes. Morreu num acidente aéreo aos 27 anos, no auge da fama, quando voltava de uma viagem feita para a Austrália. Sua amiga, a atriz Marieta Severo e o compositor e cantor Chico Buarque de Hollanda criaram a filha de Leila.

Benazir Bhutto, política:

Líder do Partido Popular do Paquistão (1953-2007), foi a primeira mulher que ocupou o cargo de premiê de um país muçulmano. Dirigiu o Paquistão em duas ocasiões. Foi assassinada em plena campanha política.

Diana de Gales, princesa:

Conhecida como a princesa do povo (1961-1997) por sua atitude solidária com os mais desfavorecidos, casou-se com o príncipe Charles, e teve dois filhos William e Harry. Morreu ao lado do namorado em um controvertido acidente de trânsito quando fugia da perseguição de paparazos.

Bertha Lutz, bióloga:

Pioneira das lutas feministas no Brasil nasceu em São Paulo em 1894. Incansável defensora dos direitos da mulher no País foi responsável pela aprovação da legislação que concedeu o direito do voto feminino. Candidata pela "Liga Eleitoral Independente", obteve a primeira suplência, assumindo a cadeira de deputada na Câmara Federal em 1936. Sua atuação parlamentar foi marcada por proposta de mudança na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a isenção do serviço militar, a licença de 3 meses para a gestante e a redução da jornada, então de 13 horas.

Alzira Soriano, política:

Primeira prefeita da América Latina. Eleita, em 1928, prefeita de Lages (RN), com 60% dos votos válidos. Tão logo foi permitido o alistamento eleitoral de mulheres, as potiguares correram em massa para tirar o título, o que fez surgir o interesse em uma candidatura feminina. Governou por quase dois anos. Realizou obras de infra-estrutura e melhoria na qualidade de vida da população com os recursos do município.

Clara Charf, política:

Presidente da Associação Mulheres Pela Paz, organização sem fins lucrativos que promove a paz, por meio do princípio da igualdade de gênero. Sua militância é antiga, data do ano do fim da Segunda Guerra Mundial, 1945. Não por acaso foi perseguida e teve os direitos civis e políticos cassados pela ditadura militar em 1964. É conhecida também por ser a viúva de Carlos Marighella, fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN), assassinado em 1969 pela equipe do conhecido delegado torturador do DOPS de São Paulo, Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Militante política, foi exílada em Cuba e é uma das mais célebres ativistas feminista.

Júlia Alves Barbosa, política:

Primeira mulher a reivindicar a inclusão do seu nome no alistamento eleitoral de Natal e segunda eleitora do Brasil, por ocasião do nascimento do sufrágio feminino no Rio Grande do Norte, em 1927. No mesmo ano foi eleita para a Câmara Municipal de Natal.

Ana Amélia Queiroz, poetisa:

Foi a primeira mulher membro de um Tribunal Eleitoral no País. Fez parte da mesa apuradora nas eleições de 1934 e, durante três anos, delegada do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, em Washington (EUA). Em 1935, foi nomeada delegada oficial do Brasil para um congresso de mulheres em Istambul, Turquia. Considerada uma das grandes escritoras do século XX, tornou-se referência ao resgatar a contribuição feminina para a literatura feminina.

Violência Não

Uma em cada quatro mulheres da América Latina e do Caribe sofre violência física

Pesquisa feita pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) indica que 40% das mulheres que vivem na região sofrem violência física. De acordo com os dados, alguns países latino-americanos chegam a apresentar índices de 60% quando o assunto é a violência psicológica sofrida por mulheres.

A violência física, segundo o estudo, inclui desde pancadas a agressões mais severas, como ameaças de morte, acompanhadas de forte violência psicológica e, muitas vezes, de abuso sexual. Um total de 45% das mulheres entrevistadas declararam ter sofrido ameaças vindas de parceiros e, entre 5% e 11% afirmaram já ter sofrido violência sexual.

O relatório afirma, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgados em 2005, que o Brasil registra índices de violência sexual contra a mulher de 10% em áreas urbanas e de 14% em áreas rurais.

Um dos destaques no país, de acordo com a Cepal, é o primeiro Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que envolve medidas para melhorar e ampliar o atendimento das denúncias feitas pelo telefone 180.

A pesquisa ressalta que países como a Colômbia (65,7%) e o Peru (68,2%) superam o índice de 60% de violência psicológica contra mulheres. A Bolívia (39,7%) e o México (37,7%) também apresentam altas taxas, próximas a 40%. Esse tipo de agressão se refere a maus-tratos por meio de insultos, desqualificações e humilhações, além de mecanismos utilizados pelo agressor como controle do tempo, da liberdade e dos contatos sociais da mulher.

O relatório afirma ainda que a violência econômica – que ocorre por meio do controle do uso do dinheiro – pode afetar um terço das mulheres na América Latina.

Erradicar a violência contra a mulher, segundo a Cepal, deve ser objetivo central das agendas públicas, uma vez que se trata de um problema de direitos humanos e um obstáculo para o desenvolvimento dos países.

O estudo alerta, ainda, que apesar de avanços internacionais e nacionais que protegem os direitos da mulher, há sérias deficiências na aplicação dessas normas, na prestação de serviços e no acesso à Justiça pelas vítimas. A Cepal também critica a falta de recursos destinados à prevenção e à erradicação de todas as formas de violência contra a mulher.

Fonte: Agência Brasil

"A Secretaria de Mulheres do PSB tem como um dos seus objetivos lutar para que os gestores socialistas trabalhem contra a violência que atinge as mulheres implantando políticas públicas, além de todo o empenho que tem na busca pela inserção das mulheres nos espaços de Poder".

Lei Maria da Penha

Uma vitória para as mulheres e para todo o País

Sete de agosto de 2006. Esta data entrou para a história como aquela na qual foi sancionado o principal marco brasileiro no combate à violência doméstica, a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, batizada como Lei Maria da Penha. Na ocasião, a ministra da secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Nilcéa Freire, declarou acreditar que o número de denúncias poderia aumentar. “Certamente, quando se oferece à sociedade uma estrutura de serviços onde as mulheres se sintam encorajadas a denunciar porque tem uma rede de proteção para atendê-las, você aumenta a possibilidade de número de denúncias”, disse.

A Lei Maria da Penha alterou o Código Penal possibilitando que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Esses agressores não podem mais ser punidos com penas alternativas e o tempo máximo de detenção aumentou de um para três anos.

A lei também trouxe uma série de medidas para proteger a mulher agredida, que está em situação de agressão ou cuja vida corre riscos. Entre elas, a saída do agressor de casa, a proteção dos filhos e o direito de a mulher reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor. A violência psicológica passa a ser caracterizada também como violência doméstica. Além disso, a mulher poderá ficar seis meses afastada do trabalho, sem perder o emprego, se for constatada a necessidade de manutenção de sua integridade física ou psicológica.

Três anos depois, as mudanças se tornaram evidentes. Em 2009 foram realizados 161.774 atendimentos, entre janeiro e junho, pela Central de Atendimento à Mulher da SPM, o que representa aumento de 32,36% em relação ao mesmo período de 2008. Em números absolutos, o estado de São Paulo é o líder do ranking nacional com um terço dos atendimentos (54.137), seguido pelo Rio de Janeiro, com 12,28%. Em terceiro lugar está Minas Gerais com 6,83%. Segundo o secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, o aumento no número de denúncias decorre da maior segurança que a vítima tem para falar de sua agressão.

Porém, na avaliação da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que deu nome à lei que pune a violência doméstica por ser vítima de maus-tratos de seu ex-companheiro, é mais fácil que a mulher reaja nas primeiras tentativas de agressão e não depois de ser submetida a um longo período de constrangimento. Segundo ela, as mulheres deixam de denunciar porque a "autoestima delas desaparece”.

Para o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, o balanço após três anos de existência da Lei Maria da Penha é positivo, mas ainda é preciso avançar no estabelecimento de políticas preventivas. O momento é de continuidade e implantação da lei, com a estruturação de serviços para dar efetividade à sua aplicação.

Até 2011, o Ministério da Justiça pretende investir R$ 43 milhões em ações de prevenção à violência doméstica e na melhoria do sistema de Justiça para o atendimento às vítimas e aplicação da lei.

Atualmente, um dos principais canais de informação e denúncia é a Central de Atendimento à Mulher, que pode ser contatada pelo telefone 180. O serviço recebe, em média, três mil ligações por dia.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O Governo de Pernambuco – um dos estados administrados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) – ratificou a importância de se assegurar políticas públicas que dêem mais segurança às mulheres, com o lançamento da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que integra o Plano Estadual de Segurança Pública e é fruto da experiência desenvolvida pelas organizações de mulheres em atuação no Estado. Tal Política alinha-se às diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Segundo o governador do Estado e presidente Nacional do PSB, Eduardo Campos, o problema da violência contra a mulher preocupa e constrange o poder público e a sociedade.

O Plano Estadual deve ser executado até 2016 e prevê a articulação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para o alcance das metas estabelecidas nos cinco eixos temáticos: Prevenção, Proteção, Punição, Assistência e Produção de Conhecimento.

perfil

Maria da Penha Maia

A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica.

Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas, entre 6 e 2 anos de idade.

A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena.

O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Hoje, está em liberdade.

Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha Maia começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no seu estado, Ceará.

Maria da Penha, uma história de luta e vitória

Cordelista: José Antonio (Espingarda do Cordel)

A Lei da Maria da Penha
Pra cabra bruto e safado
Mostrou não ter piedade
Porém tem bom resultado
Pra homem que só quer
Bater na sua mulher
Como num jogo arbitrário
Ela educa o cidadão
E mostra a toda nação
Que a coisa é ao contrário

Pois tem gente por aí
Que pensa que é bonito
O homem chegar em casa
Bebo, chato e esquisito
Bancando o valentão
Querendo ser garanhão
Sem respeitar a mulher
Zombando da cara dela
Metendo o cacete nela
E fazendo o que bem quer

Pois eu conto a você
Que tinha um compadre meu
Que devido à ignorância
E o embriaguismo seu
Às vezes ele pensava
Que a mulher era escrava
Da sua cama e do lar
Porém ele não sabia
Que a sua valentia
Só vinha atrapalhar

Machista de alto grau
Já se vê pelo seu porte
Pensava que por ser homem
Era da classe mais forte
E certo dia o safado
Chegou em casa bicado
De tanto beber cachaça
Ainda mais depravando
E com a mulher gritando
- abre a porta desgraçada

A mulher muito assustada
Abriu a porta, ele entrou
Numa arrogância extrema
Que nem pra mulher olhou
Disse só: Bote a comida
Sua nojenta incebida
Que estou bravo igual touro
Bote logo esse cacete
Se não lhe baixo o porrete
Não quero nem ser seu coro

Ela o obedeceu
Porém não muito contente
E disse: você não é
Como era antigamente
Antes da gente casar
Vinha me acarinhar
Me chamava de paixão
Mas hoje com arrogância
Me trata com ignorância
E com muita ingratidão

Ele escutando isso
Fez o maior alarido
Sapecou-lhe o tamborete
Por riba do pé do ouvido
Que ela caiu sentada
Deu-lhe uma bordoada
E pisou ela de pé
Como se mata um besouro
E disse: Engula o choro
Que eu vou pro cabaré

A mulher ficou quebrada
De sangue ficou vermelha
Uma aparência horrível
Com um corte na orelha
De tanto levar arrocho
Ficou com um olho roxo
A sobrancelha arrancada
Vendo a situação
Resmungou: Tem nada não
Eu supero essa parada

Realmente essa mulher
Conseguiu sua vingança
Mas eu digo foi justiça
Porque no rol dessa dança
Ela o denunciou
E o sacana pagou
Pela forma violenta
Dando exemplo ao Brasil
Entrou na lei onze mil
Trezentos e quarenta

Isso prova que a lei
Boas coisas ela engenha
E eu mesmo adorei
A Lei Maria da Penha
Sancionada e aprovada
E que vem sendo aplicada
Já desde dois mil e seis
Protegendo a mulher
Prendendo o homem quer
Passar por cima das leis

Essa Lei carrega o nome
De uma grande mulher
Que é Maria da Penha
A qual lutou sem mister
Pra garantir seu direito
E mostrar que só há jeito
Do mundo ter mais valor
Quando a humanidade
Usar mais da humildade
E usufruir do amor

O cordel de José Antonio foi inspirado na vereadora socialista, Laura Gomes (Caruaru – PE), que tem como marca a luta para garantir os direitos das mulheres.

Minirreforma garante participação feminina nos espaços de poder

A minirreforma eleitoral – Lei 12.034/09 - sancionada em 29 de setembro de 2009 na Câmara dos Deputados avançou em alguns pontos no tema da ampliação da participação das mulheres na política. Como exemplo, foi instituída a punição para o partido que não preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Entre os pontos aprovados, que beneficiam diretamente as mulheres brasileiras, estão:

1. O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Na redação anterior a palavra utilizada era reservará. Com a mudança os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas.

2. São acrescidos o inciso V e o parágrafo 5º ao Artigo 44 da Lei 9.096/1995, que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário:

V. Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total.

§ 5º o partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subseqüente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa.

3. O artigo 45 da Lei 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita, fica acrescido do inciso IV:

IV – promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

“O PSB é parceiro fundamental nas políticas públicas para as mulheres”

No dia 1º de janeiro de 2003, as mulheres brasileiras conseguiram mais uma vitória na luta pelos seus direitos. O Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) sob o comando da senadora Emilia Fernandes (PT/RS). Em 23 de janeiro de 2004, o presidente Lula convidou a médica carioca Nilcéa Freire para assumir a pasta. A história das mulheres escalpeladas no Amapá foi uma das primeiras batalhas a serem enfrentadas pela então secretária e hoje ministra Nilcéa Freire. Com a ajuda da ministra, a deputada socialista Janete Capiberibe (AP) conseguiu a aprovação da Lei 11.970/2009 que obriga a instalação de uma barra de proteção nas embarcações e evita acidentes como o escalpelamento de mulheres e mutilação na navegação ribeirinha. A partir daí, Nilcéa conseguiu incluir as vítimas nas cirurgias reparadoras do SUS, no direito ao acompanhamento médico multiprofissional e estas passaram a ter direito a indenização de R$ 3,5 mil, após o registro da ocorrência na Marinha e perícia médica. Hoje, Nilcéa Freire é o ícone das mulheres brasileiras.

Nesta entrevista, a ministra contabiliza os avanços das mulheres nestes últimos cinco anos e 11 meses e fala da contribuição das mulheres socialistas. “Queremos não só o acesso ao poder, mas condições de tomar decisões e influir.”

1 - Como a senhora analisa as políticas públicas do PSB voltadas para as mulheres?

O PSB tem tido participação fundamental na implementação das políticas para as mulheres, que têm sido formuladas em âmbito nacional e conduzidas pelo governo federal. Como parceiro constante do governo Lula, os governos do PSB têm incorporado a agenda de gênero em seus espaços de gestão e contribuído de forma significativa para o avanço dos direitos das mulheres no Brasil. Creio que o exemplo mais visível disso é a brilhante condução das políticas para as mulheres no Estado de Pernambuco. Lá, onde há altos níveis de violência contra as mulheres, ter um governo que entenda a importância de trabalhar esta agenda de forma séria e comprometida, significa, em última análise, salvar vidas.

2 - Qual é a importância do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos? E como a senhora analisa a participação do PSB neste Fórum?

O Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos tem desenvolvido um trabalho muito importante no que tange o debate e a construção de ações que buscam garantir o avanço da participação feminina nos espaços de poder e de decisão. Foi este Fórum que conduziu o processo que culminou com importantes conquistas para as mulheres no âmbito da chamada “minirreforma política”, aprovada pelo Congresso Nacional, em setembro de 2009. A “minirreforma” obriga os partidos políticos a preencherem suas chapas proporcionais com, no mínimo, 30% de mulheres; garante que 5% dos recursos partidários sejam destinados à formação política das mulheres e estabelece sanções em caso de descumprimento desta regra e, finalmente, obriga que os partidos políticos garantam 10% de seu tempo de televisão para as mulheres. Como se pode supor, não foi uma tarefa fácil garantir estes avanços. Ao longo do processo de negociação com o Congresso Nacional para a aprovação destas medidas, o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos teve uma atuação fundamental. E, neste contexto, o trabalho da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, através da companheira Dora Pires, foi extremamente importante.

3 - Hoje a senhora é o grande ícone dos movimentos de mulheres do Brasil. Como a senhora se sente sendo responsável pela motivação de muitas mulheres brasileiras na busca dos seus espaços na sociedade?

Creio que o grande ícone para os movimentos de mulheres é, na verdade, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A existência da SPM é uma vitória das brasileiras e, principalmente, das muitas mulheres que lutaram pelos seus direitos ao longo da história de nosso país.

4 – A Lei Maria da Penha ganhou grande destaque neste ano. A senhora acredita que as mulheres estão mais conscientes dos seus direitos?

Na medida em que os anos passam a Lei Maria da Penha é mais conhecida, e as pessoas, principalmente as mulheres, ficam mais seguras em buscar por seus direitos. A violência doméstica não pode ser mais tolerada.

Após três anos de existência, percebe-se que a Lei Maria da Penha já incide no comportamento e no imaginário da sociedade frente à violência contra as mulheres, desmistificando a crença de que “mulher gosta de apanhar”. Acredito que as mulheres, hoje, estão mais conscientes de seus direitos. Prova disso são os resultados da pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada este ano pelo Instituto Avon/IBOPE. Ela revela que 39% conhecem uma vítima de violência. Também mostra que 17% acreditam que as mulheres não abandonam o agressor com medo de serem mortas caso rompam com a relação.

As conquistas obtidas com a Lei nesses três anos são imensuráveis em comparação a anos de submissão e silêncio. São conquistas que representam, inegavelmente, a transformação de cidadãs e cidadãos rumo à construção de novas relações sociais de gênero, que vão contribuir para uma cultura de paz.

Diante de todo esse contexto, instituímos o “Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha” a ser concedido anualmente a instituições e pessoas que se destacam na aplicação da legislação. As informações sobre a premiação estão disponíveis na página da SPM na internet: www.spmulheres.gov.br.

5 – O Governo Lula impulsionou a formulação de políticas voltadas para as mulheres. O que foi feito de relevante e quais são, ainda, os desafios a serem enfrentados?

Inúmeros avanços, sem dúvida, foram conquistados principalmente a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003. A existência de um organismo governamental nacional para estruturar e propor políticas públicas para as mulheres no Brasil foi essencial para a organização das demandas e a aplicação de medidas que tem trabalhado para reverter uma série de injustiças sociais. A realização de conferências pelo país aglutinou as propostas que culminaram na elaboração dos dois Planos

ENTREVISTA

Nilcéa Freire

Nacionais de Políticas para as Mulheres e o conteúdo desses planos vem sendo colocados em prática. Vemos um crescimento expressivo da mobilização de mulheres, que infelizmente têm pouca visibilidade nos meios de comunicação, mas que têm sido essencial para o empoderamento das brasileiras. A Lei Maria da Penha talvez seja a maior vitória nesses últimos anos, resultado da luta da SPM e do movimento feminista para tentar por fim a um dos maiores problemas aos direitos humanos das mulheres no país, a violência doméstica.

Outro destaque foi o lançamento, em agosto de 2007, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que atualmente está implementado em 20 estados brasileiros (AC, AL, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RR, SE, SP e TO). O Pacto reúne ações a serem executadas no período 2008-2011, com recursos da ordem de R$ 1 bilhão e com atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Os grandes desafios ainda são uma compreensão mais aprofundada do que significam as políticas de igualdade de gênero, a consolidação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com sua transformação em Ministério e a ampliação e fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres estaduais e municipais. Outra meta é a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) em todo o país. O II PNPM é resultado da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007.

Também precisamos aprofundar a incorporação das políticas para as mulheres nos projetos de desenvolvimento do país e fazer com que essas políticas cheguem em cada um dos municípios brasileiros. Trata-se de influenciar o planejamento dos programas e ações dos diversos setores dos governos federal, estadual e municipal, de forma que a perspectiva de gênero esteja presente no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, é preciso conjugar políticas de crescimento econômico com políticas de inclusão social, incluindo a questão de gênero.

Outro ponto a ressaltar é a subrepresentação das mulheres nas instâncias de poder político e tomada de decisão. As eleições de 2008 são um exemplo da discrepância entre homens e mulheres. Mesmo sendo maioria entre os eleitores (51,8%), as mulheres representavam apenas um em cada dez candidatos a prefeito naquelas eleições.

Estas Mulheres mudaram a história do mundo e do Brasil

Rosa Marie Muraro, socióloga e escritora:

Patrona do feminismo nacional e conferencista internacional sobre a condição feminina. Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e fundou o Centro da Mulher Brasileira. Teve seus livros censurados pelo regime militar.

Antonieta de Barros, política:

Primeira deputada negra do Brasil. Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e ser votadas, em 1934, elegeu-se deputada estadual (PL) em Florianópolis (SC). Antonieta teve que romper muitas barreiras para conquistar espaços que, em seu tempo, era inusitado para mulheres, e mais ainda para uma negra.

Olympe de Gouges, escritora:

Foi feminista, revolucionária, jornalista, escritora e autora de peças de teatro francês. Os escritos feministas de sua autoria alcançaram enorme audiência. Foi defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Em setembro de 1791, em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, escreveu a Declaração dos direitos da Mulher e da cidadã, desafiando a conduta injusta da autoridade masculina e da relação homem-mulher durante a Revolução Francesa. Devido aos escritos e atitudes pioneiras, foi guilhotinada na praça da Revolução, Paris.

Rosa de Luxemburgo, política:

Nascida na Polônia, foi pioneira na crítica da social-democracia alemã e do bolchevismo russo, tornando-se fonte inspiradora para militantes e intelectuais de sua época, que não se enquadravam em nenhuma destas posições. Escreveu obras polêmicas contra estas duas tendências e defendeu posição voltada para a defesa da espontaneidade revolucionária do proletariado, que se manifestava, segundo ela, por meio das greves de massas e dos conselhos operários. Enquanto socialista, Luxemburgo sabia, mais do que ninguém, que o futuro nos reservaria "socialismo ou barbárie". Em 15 de janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo foi assassinada covardemente por paramilitares - sabidamente a serviço do governo social-democrata alemão. Desde sua morte, Luxemburgo atingiu o status de mártir tanto entre marxistas quanto social-democratas.

Alexandra Kollontai, política:

Destacada dirigente feminina da Revolução de Outubro de 1917. Na Rússia foi responsável pela elaboração da legislação revolucionária do Estado Soviético que, pela primeira vez na história, reconheceu e impôs a igualdade de direitos entre os sexos. Após a Revolução Russa de Outubro, foi a única mulher a ter cargo no primeiro escalão do governo, tornando-se Comissária do Povo (equivalente a ministro de Estado) do Bem Estar Social. Participou ativamente da elaboração das novas leis do Estado soviético sobre os direitos da mulher, o casamento e a família, a mais avançada legislação em favor dos direitos da mulher de todos os tempos. Como parte do regime stanilista, foi a primeira mulher do mundo a ocupar o cargo de embaixadora: de 1923 a 1925, na Suécia; entre 1926 e 1927, no México; de 1926 e 1930, na Noruega; de 1930 a 1945, na Suécia.

Clara Zatkin, política:

Em 1907, realizou o I Congresso de Mulheres Socialistas que impulsiona a participação política das mulheres de diversos países na luta revolucionária e define programa de luta pelas reivindicações da mulher operária. Em 1910, o II Congresso de Mulheres Socialistas aprova, por proposta da própria Clara Zetkin, a realização de um dia de luta internacional da mulher, a exemplo do 1º de maio, dia de luta internacional de toda a classe operária, para lutar pelas reivindicações trabalhistas das operárias e defender os direitos políticos das mulheres.

Patrícia Galvão "Pagu", escritora:

Foi uma revolucionária que ousou ser candidata pelo PSB, em 1950. Escritora, jornalista, poetisa, revolucionária socialista, musa inspiradora do modernismo, romancista, política e militante.

Joan Scott, historiadora:

Especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França, é, sem dúvida, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.

Você, Mulher Socialista, filha, amiga, namorada, companheira, mãe, heroína, guerreira das causas feministas.

PODER: MUITOS ESPAÇOS, POUCAS MULHERES

Por Mari Machado

Se formos considerar o longo período de luta das mulheres para ter o direito de votar e que essa conquista para as brasileiras ocorreu apenas em 1932, podemos dizer que avançamos. No entanto, a visibilidade da participação política das mulheres aconteceu de fato na constituição de 1998, quando a "Bancada do Baton" ganhou espaços no congresso e na mídia. A década de 90 foi importante para o debate da participação das mulheres nos espaços de Poder.

Foi nesse período que surgiu o movimento MULHERES SEM MEDO DO PODER que suscitou um grande debate na sociedade e nos partidos políticos, muitos organizados ou reorganizados após o processo de abertura política da década de 80. Os partidos, espaços majoritariamente masculinos, passaram a incluir em sua pauta de discussões a participação feminina e alguns garantiram a presença de mulheres em suas direções, através da política de cotas.

> "O Brasil ocupa uma vergonhosa 146ª posição entre 196 países avaliados sobre candidaturas femininas. Temos garantido em média, 10% das cadeiras na Câmara Federal e no Senado."

Atualmente todos os partidos políticos possuem instâncias de mulheres organizadas e, com a obrigatoriedade de garantir a presença de mulheres nas chapas de candidaturas proporcionais, têm estimulado a formação política de suas militantes, incentivando-as a assumirem candidaturas em todos os âmbitos.

No entanto, este esforço do movimento de mulheres e das organizações feministas dos partidos ainda não reflete seu resultado em números. O Brasil ocupa uma vergonhosa 146ª posição entre 196 países avaliados sobre candidaturas femininas. Temos garantido em média, 10% das cadeiras na Câmara Federal e no Senado. O índice sobe para 12,65% quando se trata de vereadoras eleitas e desce consideravelmente, 7,52%, quando a análise é sobre prefeitas eleitas.

Temos clareza de que é necessário que mais mulheres sejam candidatas para que mais mulheres possam se eleger. Assim ocuparemos espaços de poder e poderemos implementar políticas públicas que promovam a participação da mulher e o direito às mesmas oportunidades. No entanto, é evidente que existem obstáculos a serem superados: a invisibilidade das mulheres nos programas partidários, a falta de credibilidade de suas candidaturas junto ao poder constituído dos partidos e a falta de apoio financeiro nas campanhas. Além, é claro, da responsabilidade das mulheres com filhos, casa e companheiros, o que as impede, na maioria das vezes, de assumir uma candidatura.

O quadro de desigualdade nos executivos e legislativos acaba sendo determinante para a continuidade da pouca presença feminina. Quem tem mandato, logicamente, terá uma vantagem sobre quem não tem. Também se refletirá na falta de políticas públicas para as mulheres que precisam de atenção especial para a sua saúde, pois tem muitas especificidades; na falta de políticas de prevenção e combate à violência doméstica, onde a vítima é a mulher; na falta de políticas de capacitação e empoderamento das mulheres.

O movimento de mulheres, através de sua luta, conquistou importantes avanços como a constituição de conselhos de mulheres e de instâncias governamentais, como coordenadorias e secretarias que garantem a transversalidade da política pública para as mulheres.

Também a existência de equipamentos sociais como delegacias de mulheres, casas de passagem e centros de referência têm proporcionado importante espaço de acolhida para mulheres vítimas da violência e machismo masculino.

Mas, indubitavelmente nossos avanços seriam muitos maiores se as mulheres fizessem valer o fato de serem 52% da população brasileira - maioria do eleitorado - e ocupassem os espaços de Poder a que definitivamente têm direito.

Socialistas avançam no Congresso Nacional com propostas que beneficiam mulheres

Nos últimos anos muitos foram os avanços das mulheres em direção à igualdade de gênero. Dentre as conquistas recentes das feministas no Congresso Nacional, merece destaque a Lei Maria da Penha, que protege as mulheres da violência doméstica; a mini-reforma eleitoral, que aumenta a participação das mulheres na política; e a ampliação da licença maternidade para 180 dias.

Entre as mudanças na estrutura do legislativo para ampliar a participação das mulheres no processo decisório, está a criação da Procuradoria Parlamentar Feminina e da PEC 590/06, da deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), que garante a representação proporcional de cada gênero na composição das Mesas Diretoras da Câmara Federal, do Senado e de cada comissão temática.

De acordo com Erundina, a PEC fortalece a democracia de gênero, pois o tratamento desigual destinado a mais da metade da população (as mulheres são 52% dos eleitores do país) "abala a democracia".

Outra vitória é a criação da Procuradoria Parlamentar Feminina, sugerida pelo presidente da Câmara, Michel Temer, e considerada pela deputada socialista Sandra Rosado (RN) um instrumento para fortalecer o desenvolvimento de políticas específicas de gênero. "Podemos dizer que no ano de 2009 as deputadas se fizeram ver e ouvir".

Atualmente, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) luta para obter aprovação do projeto de lei que reconhece e inclui as parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde - SUS, pagando-lhes uma remuneração mensal. "Queremos humanizar o parto e melhorar os serviços públicos de atenção à saúde da mulher, como a assistência pré-natal e o direito da mulher de optar pelo parto natural assistido por parteiras."

Já a deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) defende projeto de lei que iguala oportunidades entre gêneros e raças. Pela proposta da parlamentar, os cursos de qualificação profissional que utilizarem recursos públicos deverão reservar vagas para mulheres, negros e índios. "O projeto irá fomentar práticas educativas e formativas que reconheçam a igualdade entre homens e mulheres, independente de raça, rompendo um legado cultural histórico de subordinação e discriminação."

Além desses benefícios, a deputada federal Ana Arraes (PSB-PE) propôs projeto que estabelece prioridade de atendimento nos serviços de assistência psicológica e social e de cirurgia plástica reparadora às mulheres vítimas de agressão. "A violência física normalmente é acompanhada da psicológica. O sistema de saúde tem que propiciar atendimento integral às vítimas."

Para a deputada Maria Helena (PSB-RR), as mulheres só passarão a ter seus direitos garantidos a partir do momento que tiverem maior participação na vida política do país. "Precisamos lutar pelo nosso espaço dentro das esferas do Poder".

MOVIMENTOS SOCIAIS

Segmentos organizados do PSB buscam mais igualdade nas questões de gênero

Os segmentos organizados do Partido Socialista Brasileiro - Mulheres, Negros, Popular, Juventude e Sindical - buscam, cada um na sua área de atuação, promover a igualdade de gênero, articular projetos voltados à implementação de políticas para as mulheres e mais espaços nas esferas de poder.

JSB defende jovens mulheres nos espaços de poder

A Secretaria da Juventude Socialista Brasileira (JSB) reconhece a luta dos movimentos feministas que contribuíram para o avanço da equidade entre os gêneros e no debate sobre políticas públicas para as mulheres.

De acordo com a secretária de Comunicação da JSB-DF, Amanda Lavor, os espaços de decisão e poder ainda são ocupados majoritariamente por homens. “O quanto antes as jovens mulheres começarem a compreender esses espaços, mais cedo elas estarão preparadas para ocupá-los. A militância na Juventude Socialista é o início dessa jornada”, afirmou.

Mulheres negras carregam as desvantagens do sistema injusto e racista do país

A mulher negra no Brasil, ainda hoje, vive numa situação de grande desigualdade social e econômica. Sua condição de vida é muito aquém dos demais eixos da sociedade brasileira. Continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país.

A secretária Nacional do Movimento Negro do PSB, Cristina Almeida, afirma que as mulheres negras são o segmento mais vulnerável a todo o tipo de violência e discriminação. “Estamos começando a ocupar alguns espaços, mais ainda estamos ausentes nas câmaras, nas assembléias, em cargos executivos, no Judiciário. Ainda sofremos com os estereótipos, que rebaixam a autoestima e afetam o nosso desenvolvimento. Nós, mulheres negras, somos alvo da violência doméstica, sexual e racial, agravadas pela exclusão econômica, por vivermos em um país extremamente racista”, observou.

Mulheres do Movimento Popular Socialista querem melhorias nas comunidades

A participação das mulheres nos movimentos populares, na busca de melhorias para a comunidade, está em fase de crescimento. Segundo a secretária Nacional do Movimento Popular Socialista (MPS), Maria de Jesus Matos, as mulheres que vivem nas camadas mais pobres da população, localizadas nas áreas periféricas das grandes cidades e no interior do País, são as que mais sofrem com a falta de infraestrutura. “A ausência de escola integral, creches públicas, a demora no atendimento em postos de saúde e de políticas públicas são problemas que atingem diretamente as mulheres que moram nas periferias”, afirma.

Para a secretária do MPS, a indisponibilidade de tempo tem sido justificativa para muitas mulheres, que trabalham e cuidam da família, estarem ausentes da organização política, tão necessária no resgate de suas lutas.

Sindicalistas lutam por isonomia salarial entre homens e mulheres

O acesso à escolarização oferece melhores condições de vida, trabalho e salário a milhares de mulheres. Uma das lutas das sindicalistas é pela isonomia salarial entre homens e mulheres. A participação política cresce, mas ainda precisa ser construída uma forma que garanta à mulher trabalhadora, mais possibilidades de atuar nas esferas de poder. Isso inclui as direções sindicais, os parlamentos, os governos executivos, tanto em nível municipal quanto nos estaduais.

“Cabe a nós, imbuídas de responsabilidade ética e comprometidas com um novo modelo de sociedade, superar as contradições de um capitalismo perverso, desigual, individualista, desumano e narcísico”, afirma a coordenadora do Movimento Sindical do PSB-ES e vice-presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Márcia Almeida Machado.

Plataforma de Políticas Públicas para as mulheres nos governos do PSB

Socialistas no V Congresso nacional que aprovou plataforma para gestões do PSB

As mulheres do Partido Socialista Brasileiro aprovaram, em seu Congresso,a Plataforma de Políticas Públicas para Mulheres, que ora apresentam ao Plenário do Congresso Nacional do Partido, para devida apreciação e aprovação.

A Plataforma deverá ser implementada por todas as gestões do PSB, como forma de promover uma nova relação entre homens e mulheres.

As administrações socialistas devem ser exemplo na construção da igualdade de oportunidade entre gêneros, combatendo firmemente a discriminação e a exclusão.

Esse documento pretende provocar um olhar especial sobre a saúde da mulher, sobre a sua inserção no mercado de trabalho e sobre a violência, que ainda é grande contra as mulheres.

Uma visão socialista de governo deve contemplar uma gestão que tenha o compromisso de construir espaços institucionais para a implementação de políticas para as mulheres e que perceba a educação como instrumento de transformação da visão machista, ainda presente em nossa sociedade.

Só construiremos uma sociedade socialista de fato, quando homens e mulheres viverem em condições de igualdade. Isso é ser verdadeiramente socialista.

Propostas

Saúde

1. Criação de Centros de Referência para Mulheres, com atendimento psicológico, jurídico e social para mulheres em situação de risco e/ou violência;
2. Ampliação do Direito a Licença Maternidade para 06 meses às servidoras Estaduais e Municipais, período aconselhado para amamentação;
3. Criação do Banco Mundial de Aleitamento Materno;
4. Criação e implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM;
5. Criação de Programa de Atenção às Mulheres Gestantes, com prioridade de atendimento médico e hospitalar na hora do parto, garantindo o parto humanizado;
6. Garantia do direito a Mamografia para as mulheres, com o fim de reduzir a mortalidade feminina através do câncer de mama;
7. Criação de Programa de Prevenção da Gravidez na Adolescência;
8. Criação de Programa de Planejamento Familiar;
9. Criação de Programa de Redução de Danos e acompanhamento das DSTs e AIDS;
10. Nos Municípios: Criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama e Útero;
11. Fiscalização da implementação da Lei do Parto Nº 11.634 de 27 de dezembro de 2007, de autoria da Dep. Luiza Erundina, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS;
12. Fiscalização da implementação da Lei de Brinquedotecas Nº 11.104 de 21 de março de 2005, de autoria da Dep. Luiza Erundina;
13. Atenção especial à saúde da mulher negra e indígena;
14. Atendimento humanizado para mulheres vítima de violência e em situação de abortamento.

Educação

1. Criação de Programas específicos de formação e capacitação para mulheres;
2. Implementação de programas de alfabetização para mulheres;
3. Inserção na grade curricular da temática de gênero;
4. Ampliação do número de creches.

Violência

1. Criação de Centros de Referência da Mulher;
2. Criação de Casas Abrigo ou de Passagem para mulheres vítimas da violência doméstica;
3. Criação de legislação específica para o enfrentamento do assédio sexual no espaço de trabalho;
4. Combate sistemático ao tráfico de mulheres;
5. Proibição expressa do uso da imagem da mulher nas campanhas publicitárias do governo;
6. Apoio à criação de delegacias 24 horas ou postos da mulher em cada município;
7. Adesão ao Programa Sentinela do Governo Federal, que previne e combate à exploração, tráfico e violência contra mulheres;
8. Divulgação permanente, através de mecanismos institucionais da Lei Maria da Penha.

Emprego e Renda

1. Promover a qualificação profissional da mulher;
2. Criar programa de emprego para mulheres chefes de família;
3. Fomentar a organização de cooperativas e associações de mulheres, como forma de gerar renda;
4. Criar Banco Popular oferecendo micro-crédito para as mulheres chefes de família.

Gestão

1. Criação de Secretaria ou Coordenadoria da Mulher;
2. Criação e/ou Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos da Mulher.

Partido

1. Garantir a participação política da mulher – PL Nº 6216/02, de autoria da Dep. Luiza Erundina, destinando 30% dos recursos do fundo partidário à criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres, e prevê tempo na propaganda partidária gratuita para a mesma finalidade;
2. Garantir maior espaço das mulheres nas instâncias partidárias.

Mulheres socialistas lutam por mais espaço nas esferas de Poder

Políticas Públicas

A política nacional para mulheres no governo atual está concentrada em um plano, chamado *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres,* que foi elaborado por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

O Plano está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. Em relação a estas áreas estão contempladas as políticas e ações que devem ser desenvolvidas ou aprofundadas para que mudanças qualitativas e quantitativas se efetivem na vida das mulheres brasileiras.

A Secretária Nacional do Movimento Negro do PSB, vereadora Cristina Almeida (AP), indaga que as políticas Públicas para mulheres devem ser inseridas como eixo estrutural da agenda feminista e com aporte institucional e financeiro para enfrentamento das desigualdades de raça e gênero. "É imprescindível ter atos específicos, agregados no conjunto das ações do governo, para os afro-brasileiros. Tais políticas deveriam se concretizar, portanto, em ações próprias no campo da saúde, do emprego, do ingresso no serviço público, do acesso a programas focalizados de renda mínima e do acesso ao ensino superior público e gratuito."

As mulheres sempre lutaram pelo direito de educação, voto, trabalho remunerado e foram grandes protagonistas na construção da nação brasileira. Debatem diariamente assuntos considerados polêmicos, como por exemplo: sexualidade, violência, não-criminalização ao aborto, isonomia salarial.

A mulheres socialistas lutam, também, pela conquista de mais espaço nas esferas de poder. Porém, essa concretização exige, ainda, muito trabalho no processo da busca da igualdade nos parlamentos – municipais, estaduais e federal – do País. O Brasil está em 108º lugar em um ranking mundial de mulheres no parlamento, segundo dados de março de 2010, divulgados pela União Interparlamentar, organização com sede em Genebra. A Câmara dos Deputados só possuía 8,8% de mulheres em janeiro deste ano (45 dos 513 deputados). No Senado, são de 12,3% (dez, dos 81 senadores).

Considerando que esse ranking mundial contou 139 países, ficar na 108ª posição dá a dimensão do caminho a ser percorrido. Mesmo assim, a pouca participação feminina no Congresso é um problema mundial: apenas 24 países em todo o mundo têm mais de 30% de mulheres suas câmaras de Deputados. Ruanda, que está em 1º lugar no ranking, tem 56,3%, o único a ter mais que a metade.

No ranking dos senados, a Bolívia é aquele que tem maior participação feminina, 47.2% do total.

Legislativo Estadual

Assembleias Legislativas

Deputada Janete Sá - ES
Deputada Betinha Tejota - GO
Deputada Carla Lapa - PE
Deputada Elina Carneiro - PE
Deputado Ceça Ribeiro - PE
Deputada Lílian Matins - PI
Deputada Márcia Maia - RN

Legislativo Federal

Câmara dos Deputados

Deputada Ana Arraes – PE
Deputada Janete Capiberibe – AP
Deputada Lídice da Mata – BA
Deputada Luiza Erundina – SP
Deputado Maria Helena – RR
Deputada Sandra Rosado – RN

Executivo Municipal

Prefeitas do PSB 2008

UF	Município	Prefeita
BA	Cardeal da Silva	Maria Quitéria
BA	Lajedo do Tabocal	Mariangela Santos da Silva Borges
CE	Orós	Maria de Fátima Maciel Bezerra
CE	Redenção	Francisca Torres Bezerra
ES	Sooretama	Joana da C. Rangel
MA	Tufilândia	Marinalva Madeiro N. Sobrinho
MT	Ponte Branca	Jaquelina Soares Pires
PB	Marizópolis	Francisca Bivânia Bento de Araújo
PE	Feira Nova	Marilene Chaves de Santana
PE	Ferreiros	Mª Celma Veloso da Silva
PE	Floresta	Rosângela M. M. Novaes Ferraz
PE	Santa Filomena	Evaneide Antônia de Melo
PE	Sertânia	Lucicleide Xavier F. dos Santos
PE	Solidão	Mª Aparecida Oliveira Caldas
PE	Tracunhaém	Mª da Graças C. C. Pinto Lapa
PI	Caxingó	Hermenegilda Brito de Menezes
PI	Ipiranga do Piauí	Iolanda dos Santos Vieira Rêgo
RN	Major Sales	Maria Elce Mafalda de Paiva Fernandes
RN	Sítio Novo	Wanira de Holanda Brasil
RN	Tenente Ananias	Maria José Jácome da Silva
SE	Ribeirópolis	Evanira do Nascimento Barreto

Legislativo Municipal

O PSB elegeu em 2008 o total de 366 vereadoras em todo o Brasil.

Presidentes Estaduais do PSB

Kátia Born Ribeiro (Alagoas)
Deputada Lídice da Mata e Souza (Bahia)
Governadora Wilma Maria de Faria (Rio Grande do Norte)

Deputadas Federais

Luiza Erundina

"As características femininas propiciam o exercício do poder de forma democrática, com transparência e maior rigor ético. Além disso, as mulheres geralmente são mais sensíveis diante do sofrimento humano e mais criteriosas na gestão do interesse público. No caso do Brasil, as mulheres representam mais de 50% da população e, no entanto, são sub-representadas nas esferas de poder, o que significa um déficit democrático que precisa ser eliminado, através de políticas que incluam mais mulheres nos espaços públicos".

Deputada Luiza Erundina

Lídice da Mata

"Nesses 10 anos, a participação da mulher na política cresceu muito no PSB. O Partido é um dos que mais se destaca na presença feminina no Congresso Nacional. Proporcionalmente, somos a segunda maior bancada no Congresso Nacional e é muito importante que a Secretaria possa servir a esse objetivo, preparando novas lideranças e estabelecendo como meta dobrar o número de mulheres nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado em 2010. As mulheres no Parlamento tem sido decisiva para garantir avanços no sentido de ampliar a presença feminina nos espaços de Poder. Este ano a Bancada do PSB teve participação ativa na aprovação da nova Lei Eleitoral, que destina 5% do fundo partidário para aplicação na formação política das mulheres, 10% do tempo de propagandas partidária, além do preenchimento da reserva de vagas de 30% que passa a ser compulsório para os partidos. São avanços ainda pequenos, mas significativos nessa caminhada para garantir cada vez mais mulheres na vida política partidária".

Deputada Lídice da Mata

Ana Arraes

"A comemoração dos 10 anos de criação da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB e das Secretarias Estaduais nos leva à constatação do quanto está sendo profícua a nossa luta. Ao fazer uma análise do crescimento do movimento de mulheres no partido vejo que houve um imenso avanço, já que atualmente, em quase todos os estados, o Partido Socialista Brasileiro possui organismos institucionais voltadas para as questões de gênero, e, nos demais, existem grupos articulando a organização feminina. Desde a criação das Secretarias até hoje verificamos um processo de engajamento cada vez maior das mulheres em torno de nossas lutas específicas. A visibilidade do avanço das mulheres socialistas pode ser constatada dentro e fora do partido. Isso é fruto da maturação decorrente das discussões travadas nesse período que levaram a uma mobilização concreta. Credito às ações promovidas por nós, mulheres socialistas, e às bandeiras que empunhamos com garra, as diversas conquistas obtidas ao longo dos últimos dez anos. São conquistas que se deram em vários campos, a exemplo da presença maior das mulheres junto às esferas de decisão do partido, ao crescimento de mulheres candidatas, a compreensão dos companheiros para a necessidade do tratamento igualitário, mesmos direitos no ambiente de trabalho, o combate à violência doméstica, a política empreendida em várias administrações do partido, a exemplo do governo de Pernambuco, que muito avançou nesse sentido. Parabenizo a todas nós e em especial às que fazem a Secretaria Nacional de Mulheres do PSB".

Deputada Ana Arraes

Janete Capiberibe

"Nossa participação na vida política é fundamental para a equidade de gênero e a transformação social. No Congresso, conseguimos avanços importantes pela articulação política e mobilização das pessoas simples da sociedade. Fizemos aprovar a Lei 11.970/2009, para erradicar os acidentes com escalpelamentos, um segmento que era esquecido e marginalizado. Na minirreforma eleitoral, fizemos incluir a impressão do voto eletrônico para dar mais segurança ao sistema de votação, ambos da minha autoria. A Secretaria de Mulheres do PSB é importante como mediadora e articuladora das mulheres socialistas nos espaços de poder e fora deles, em todo o país, sempre produzindo políticas que interessam ao segmento e, por consequência, resultem em mais justiça social para toda a sociedade. Temos um desafio grande, desde de agora, de aumentar a participação política das mulheres. A militância socialista conseguirá nos fazer cada vez mais presentes nos espaços de poder. Parabéns pelas conquistas que já tivemos!"

Deputada Janete Capiberibe

Maria Helena

"Só com uma maior participação das mulheres na vida política do país é que passaremos a ter os nossos direitos atendidos. Tanto a Lei Maria da Penha quanto o sistema de cotas para candidaturas de mulheres nos partidos são garantias em lei conquistadas pelo esforço das mulheres brasileiras, que batalharam muito por essas vitórias. Mas é preciso avançar, aumentar a participação feminina no Congresso, no Executivo e Judiciário e, dessa forma, assegurar que as mulheres desse País vivam com mais dignidade e respeito. Também não devemos retroagir com relação aos direitos já conquistados e exigir que os partidos cumpram a cota de candidaturas femininas".

Deputada Maria Helena

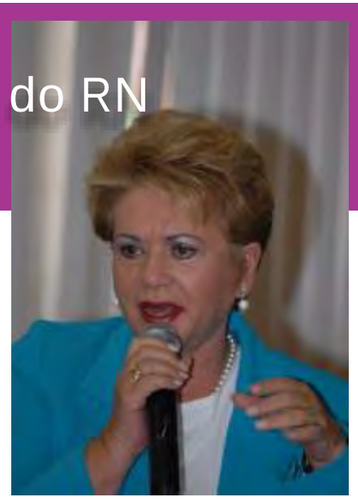
Sandra Rosado

"A presença das mulheres nos altos escalões da administração pública e privada facilita os avanços de questões específicas para as políticas de gênero. Qualquer política social de longo alcance que não passe pelo crivo de mulheres, ou seja, de representantes das experiências e anseios de uma parcela muito significativa da população brasileira, perde qualidade e produção legislativa e em qualquer órgão decisório do Estado que não absorva a perspectiva feminina em seus processos de decisão. A luta das mulheres por participação em todas as esferas do poder público é democrática. Ela não é apenas justa como corresponde ao interesse da população no todo e na construção de um Estado eficaz em suas demandas e necessidades."

Deputada Sandra Rosado

Wilma de Faria:
Dedicação e determinação à frente do RN

A primeira governadora eleita pelo Partido Socialista Brasileiro é exemplo da participação de mulheres na política



O Rio Grande do Norte é pioneiro na participação de mulheres na política e na vanguarda social. No histórico, o Estado tem a primeira eleitora do País – Celina Guimarães Viana –, a primeira prefeita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, no município de Lages, em 1928, e a precursora do feminismo, Nísia Floresta. E nessa trajetória, a ex-governadora do Estado, a socialista Wilma de Faria, escreveu importantes capítulos. Foi a primeira deputada federal eleita e a mais votada do Estado; prefeita de Natal por três mandatos e, em 2003, primeira governadora do Rio Grande do Norte, tendo sido reeleita em 2006.

"A participação feminina na política em nosso País ainda é tímida, diante das inúmeras conquistas sociais que nós, mulheres, já realizamos. Hoje, por exemplo, mais de 35% dos lares brasileiros são comandados por mulheres sem ajuda de homens, somos metade da população economicamente ativa, somos maioria nas universidades. Por si só, esses números já nos colocam na vanguarda social, como também, devem se refletir, nos cargos de chefia e lideranças políticas. Mas sei que ainda temos um longo caminho pela frente", avaliou a socialista.

Em seu governo, a Wilma de Faria implantou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres; o Programa de Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens; a instalação de novas unidades de Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM); o serviço SOS Mulher, para orientação e denúncias; e o programa Mulheres pela Vida, que capacita policiais e lideranças comunitárias para o enfrentamento da violência contra a mulher. "Nossa luta em defesa dos direitos da Mulher tem sido permanente. Temos procurado garantir a integridade física, aumentar a auto-estima e estimular o progresso social das mulheres do Estado", afirmou.

Cid Gomes: comemorações e conquistas no cenário cearense

Governador do CE sanciona Lei que cria Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres

A sociedade e as mulheres cearenses têm uma boa razão para comemorar. Neste ano foi sancionada pelo governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), a Lei que cria a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, responsável pela articulação de todas as ações com foco na valorização, defesa de direitos e promoção da igualdade feminina no âmbito do poder público estadual. De acordo com Cid Gomes, estas ações têm que estar presentes em todas as estruturas de governo.

"O objetivo é acompanhar e fiscalizar, tanto na capital quanto no interior, as questões referentes à mulher em todas as secretarias do Estado. Dia após dia a mulher vem conquistando seu espaço e se destacando no cenário mundial. A criação de uma Coordenadoria foi mais um importante passo para a valorização da mulher no Ceará", afirmou o governador.

Além disso, o Governo do Ceará está realizando pesquisa entre todos os setores da sociedade para a elaboração de um plano com o objetivo único de melhorar a qualidade de vida das mulheres cearenses.

Wilson Martins: cidadania e equidade de gênero no Piauí

Governador sempre busca diálogo com o movimento de mulheres do estado

O estado do Piauí tem obtido várias conquistas na promoção da cidadania e equidade de gênero. De acordo com o governador, Wilson Martins (PSB), as principais áreas de atuação do governo quanto às questões de gênero são os atendimentos social, jurídico e psicológico à mulher vítima de violência, discriminação e preconceito. Além disso, o governo socialista tem atuado na promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres e incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas municipais. "Sempre buscamos diálogo com o movimento de mulheres do Estado. Ainda, temos muito a fazer, mas unidos lutamos para a construção da equidade de gênero", enfatizou Wilson Martins.

Segundo Wilson Martins o governo abrirá amplo debate na Assembléia Legislativa para desenvolver políticas necessárias à construção de uma sociedade justa e igualitária.

Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, foi uma mulher de poderosas palavras, embora não tivesse o conhecimento formal da literatura. Com apenas 14 anos, ela criou o jornal de poemas femininos "A Rosa", mas só na fase adulta teve seu trabalho reconhecido. Foi Cora a primeira mulher a receber o Prêmio Juca Pato, como intelectual do ano de 1983 e é dela a autoria do poema "Mulher da Vida", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Cora Coralina morreu em 1985, aos 96 anos.

Mulher da vida Cora Coralina

Mulher da Vida, minha Irmã.

De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades e
carrega a carga pesada dos mais
torpes sinônimos,
apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.

Mulher da Vida, minha irmã.

Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
Desprotegidas e exploradas.
Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.
Necessárias fisiologicamente.
Indestrutíveis.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre por
aqueles que um dia as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas,
Escorchadas. Discriminadas.

Nenhum direito lhes assiste.
Nenhum estatuto ou norma as protege.
Sobrevivem como erva cativa dos caminhos,
pisadas, maltratadas e renascidas.

Flor sombria, sementeira espinhal
gerada nos viveiros da miséria, da
pobreza e do abandono,
enraizada em todos os quadrantes da Terra.

Um dia, numa cidade longínqua, essa
mulher corria perseguida pelos homens que
a tinham maculado. Aflita, ouvindo o
tropel dos perseguidores e o sibilo das pedras,
ela encontrou-se com a Justiça.

A Justiça estendeu sua destra poderosa e
lançou o repto milenar:
"Aquele que estiver sem pecado
atire a primeira pedra".

As pedras caíram
e os cobradores deram s costas.

O Justo falou então a palavra de eqüidade:

"Ninguém te condenou, mulher...
nem eu te condeno".

A Justiça pesou a falta pelo peso
do sacrifício e este excedeu àquela.
Vilipendiada, esmagada.
Possuída e enxovalhada,
ela é a muralha que há milênios detém
as urgências brutais do homem para que
na sociedade possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.

Na fragilidade de sua carne maculada
esbarra a exigência impiedosa do macho.

Sem cobertura de leis
e sem proteção legal,
ela atravessa a vida ultrajada
e imprescindível, pisoteada, explorada,
nem a sociedade a dispensa
nem lhe reconhece direitos
nem lhe dá proteção.
E quem já alcançou o ideal dessa mulher,
que um homem a tome pela mão,
a levante, e diga: minha companheira.

Mulher da Vida, minha irmã.

No fim dos tempos.
No dia da Grande Justiça
do Grande Juiz.
Serás remida e lavada
de toda condenação.

E o juiz da Grande Justiça
a vestirá de branco em
novo batismo de purificação.
Limpará as máculas de sua vida
humilhada e sacrificada
para que a Família Humana
possa subsistir sempre,
estrutura sólida e indestrurível
da sociedade,
de todos os povos,
de todos os tempos.

Mulher da Vida, minha irmã.

Poesia dedicada, por Coralina, ao Ano Internacional da Mulher em 1975

Executiva Nacional de Mulheres do PSB

Secretária Nacional

Dora Pires (PE)

Secretária Geral

Neide Lima (ES)

Primeira Secretária

Elisabete Barbosa (RS)

Coordenadora de Finanças

Iara Bello Ambrósio (AM)

Coordenadora de Formação Política

Mari Machado (RS)

Coordenadora de Comunicação

Sandra Gomes (AL)

Coordenadora de Mobilização

Geana Mesquita (MS)

Coordenadora de Movimentos Sociais

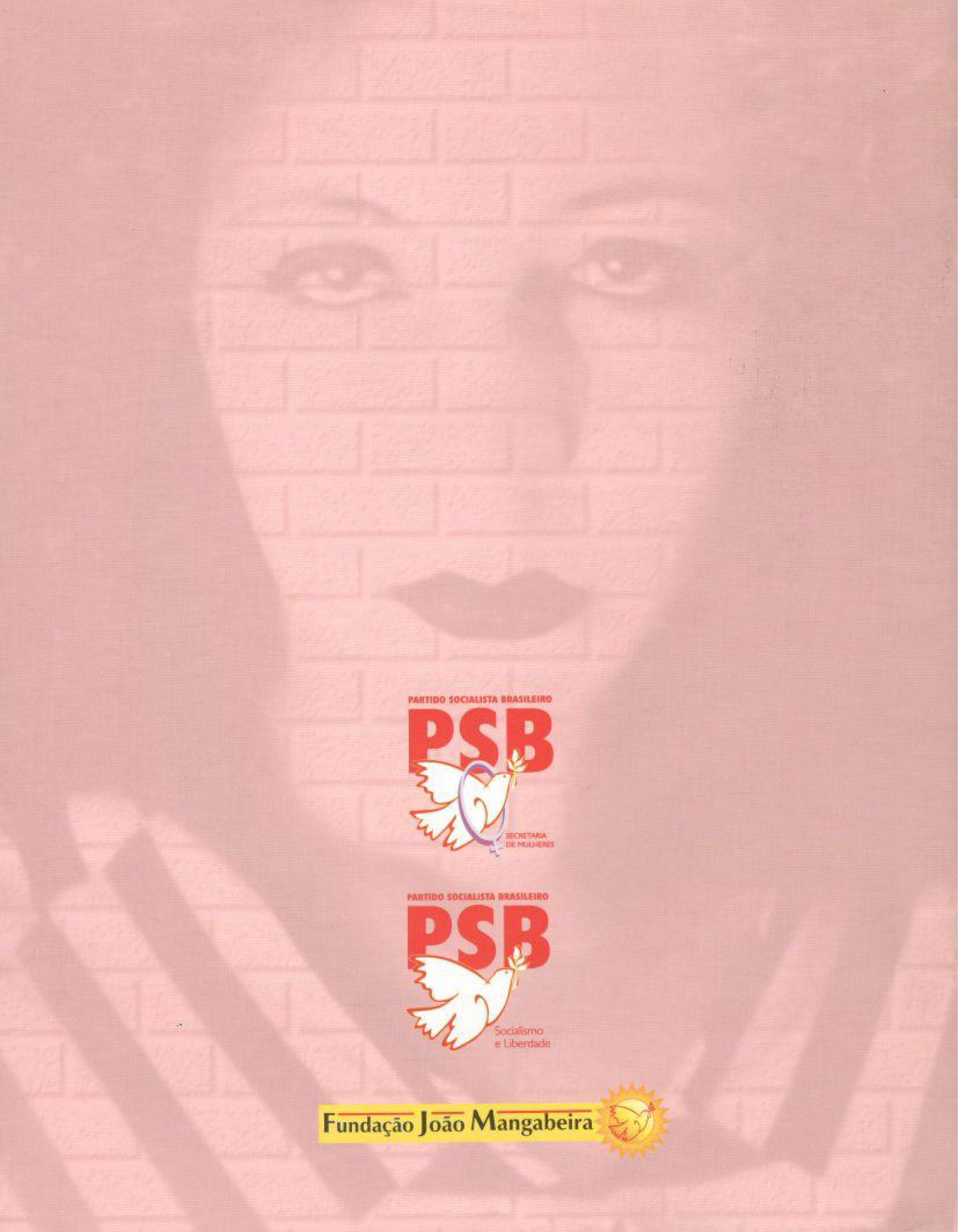
Sonia Cavalcante (SP)

Coordenadora de Raça e Etnia

Ely Almeida (AP)

Coordenadora de Assuntos Institucionais

Laura Gomes (PE)


PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
SECRETARIA DE MULHERES
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade
Fundação João Mangabeira